

“SOU FORTE COMO UMA RASTEIRA”: CONFRARIAS RESISTIVAS NA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO

Neuber Leite Costa

RESUMO

Esta pesquisa trata-se de parte da dissertação de mestrado intitulada Capoeira, Trabalho e Educação realizada a partir dos estudos das problemáticas do mundo do trabalho e da educação, sua influência na profissionalização da Educação Física e conseqüentemente na regulamentação do capoeirista. Utilizamos o método dialético para estabelecermos uma análise do exposto, técnica de entrevista semiestruturada e interpretação da realidade concreta. Foram aqui explicitados os movimentos sociais, organizados através de confrarias resistivas onde se envolveram diversos capoeiristas dos mais variados grupos e estilos de capoeira em prol de uma luta: a não submissão da capoeira ao Conselho Profissional de Educação Física.

Palavras chaves: Capoeira. Movimentos sociais. Formação profissional.

ABSTRACT

This research it is part of the master's dissertation on Capoeira, Labor and Education held from studies of problems in the work world and education, its influence in the professionalization of Physical Education and consequently in the regulation of the Capoeira. We use the dialectical method to establish a analysis of the above, semi-structured techniques and interpretation of reality. Have been explained social movements, organized through resistive brotherhood which involved capoeiristas of several different groups and styles of Capoeira for a struggle: the non-submission of Capoeira to the the Professional Council of Physical Education.

Key words: Capoeira. Social Movements. Training.

RESUMEN

Esto investigación es parte de la tesis sobre la Capoeira, Trabajo y Educación, que tuvo lugar a partir de estudios de los problemas en el mundo del trabajo y la educación, su influencia en la profesionalización de la educación física y, por consiguiente, en la regulación de los capoeiristas. Usamos la dialéctica para establecer nuestros análisis, las técnicas de entrevista semi-estructurada y la interpretación de la realidad. Se han explicado los movimientos sociales, que participan en una variedad capoeiristas de diferentes grupos y estilos para una lucha: la no presentación de capoeira al Consejo Profesional de Educación Física.

Palabras clave: Capoeira. Los Movimientos Sociales. Formación.

Introdução

No ano de 1998, é aprovada a lei que institui os Conselhos: Federal e Estaduais dos profissionais de Educação Física. Desde então, um grupo de professores que atuam nessa área do conhecimento vem propondo regulamentar e fiscalizar várias manifestações da cultura corporal, entre as quais a capoeira.

Em 1999, no XXI Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEFF), em Recife (Pernambuco), na plenária final do evento, um grupo de discentes e docentes decidiram fundar um movimento contra a recente regulamentação dos profissionais de Educação Física, por discordar da forma como ela se constituiu e por divergir radicalmente das concepções ideológicas que permeiam a lógica de criação de conselhos profissionais. O Movimento Nacional contra a Regulamentação da Profissional de Educação Física (MNCR) dá início a um dos maiores movimentos social contra a regulamentação de uma profissão.

Nossa pesquisa tem como foco os movimentos sociais de enfrentamento do sistema CONFEF/CREF, que envolveram capoeiristas no estado da Bahia. Nessa região essa manifestação da cultura corporal é muito forte agregando em torno de si uma responsabilidade cultural evidente.

Aproximamos-nos do método dialético para interpretar a realidade concreta utilizando como critério de verdade científica a prática social. Participamos ativamente do processo que envolveu essa problemática da regulamentação do profissional de Educação Física e a tentativa de regulamentar a capoeira. Entrevistamos alguns dos principais capoeiristas envolvidos com essa discussão e analisamos nos posicionando essa problemática.

Na Bahia, vários grupos já consolidaram e ainda atuam como foco de enfrentamento, desenvolvendo ações significativas contra o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e o Conselho Regional de Educação Física (CREF). São conglomerados de pessoas das mais variadas manifestações da cultura corporal que não concordam com as políticas de implantação do conselho, muito menos do desenvolvimento de suas ações.

Podemos citar o núcleo estadual do MNCR¹, o grupo Entre a Arte e o Ofício, a Liga Baiana de Capoeira (Libac) e o Movimento Liberdade para a Cultura. Os dois primeiros são organizações mistas que possuem capoeiras em sua militância. Os demais agrupamentos são especificamente formados apenas por capoeiras. Vale ressaltar que diversos grupos de capoeira são assumidamente contra as ingerências do conselho na capoeira e realizam abertamente ações contra essa instituição.

Movimentos Sociais de Resistência contra a Regulamentação

Um dos primeiros grupos a irem de encontro à promulgação da lei 9696/98 foi o da própria Educação Física, criando o MNCR. É importante destacar que, até onde temos ciência, trata-se de um movimento social revolucionário, no sentido de organização de classe contra o próprio conselho profissional.

¹ Para saber mais acesse a página www.mncref.vilabol.uol.com.br ou <http://mncref.vilabol.uol.com.br>.

Não temos notícia de nenhuma outra profissão regulamentada em que se tivesse apresentado um grupo resistivo, organizado, que estabelecesse um embate aberto e assumido. Trata-se de um movimento nacional, que envolve principalmente professores universitários, da educação básica e estudantes de Educação Física.

Na Bahia, o núcleo estadual do movimento foi reativado recentemente, e é composto por vários militantes das mais variadas ordens (estudantes e professores de Educação Física, capoeiras, artistas marciais, esportistas, dentre outros), sob a direção atual da professora Joselúcia Barbosa Ambrozi.

Apesar de não possuir grande efetivo de capoeiras em seu quadro de militantes, esse grupo é um dos grandes responsáveis pelo acesso à informação, pelo apoio a outros grupos e indivíduos que se sentem coagidos pelo conselho, além de ser uma fonte de resistência a essa instituição, efetivando também, ao longo desses anos várias ações de apoio à comunidade capoeirana.

O movimento já existe desde 1998 e se constitui uma das maiores resistências ao sistema CONFED/CREF, já tendo produzido vários artigos e inclusive um livro. O MNCR mantém também um site na internet com muitos documentos, textos, pareceres, enfim informações de um modo geral sobre o assunto.

Contudo, esse movimento passou por um momento de letargia e desmobilização, tanto em âmbito estadual, como nacional. Essa situação veio a se modificar, no nosso estado a partir do XVI ENEEF, realizado aqui na Bahia em outubro de 2005.

Os participantes desse evento, analisando a conjuntura, perceberam a necessidade de organização tanto dos estudantes como dos professores e promoveram uma reunião para avaliação do movimento. A reunião perdurou por dois dos sete dias do evento, o necessário para que os militantes do movimento voltassem a suas bases e reativassem ou criassem núcleos.

Em uma reunião paralela ao evento, onde se encontravam professores e estudantes da área, o coletivo resolveu, a partir da necessidade concreta, assumir os trabalhos de reorganização do movimento, com a fundação e manutenção de um núcleo estadual. A concretização das ações decorreu de uma avaliação e da compreensão de que o MNCR deveria se estruturar de uma forma mais organizada.

Recentemente, o grupo conquistou aliados importantes para a luta contra a ordem. Tanto a Associação de Professores Licenciados da Bahia (APLB), quanto o Sindicato dos Professores (Sinpro) reafirmaram publicamente o apoio ao movimento e reafirmaram posição contrária à regulamentação da profissão de Educação Física e das tradições culturais.

O MNCR, núcleo da Bahia, realiza reuniões periódicas, a fim de organizar e aparelhar o grupo no embate contra o sistema CONFED/CREF. Na sua grande maioria esses encontros acontecem na UFBA, mas já foram realizados em outros locais como no Sinpro.

Dentre as diversas atuações, destacamos inúmeras participações do coletivo em eventos de capoeira, apoiando essa comunidade (I Seminário da Associação de Capoeira Maré; Seminários de Articulação contra Regulamentação das Tradições Culturais e da Educação Física; XII Batizado do Grupo de Capoeira Gangara; Festival de Educação Física, Esporte, Lazer - discussão sobre Capoeira e Regulamentação).

O movimento também mobiliza outros setores da cultura corporal: realizou panfletagem em encontros como a VII Jornada Pedagógica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) - Bahia, Copa de Caratê, Jornada Pedagógica do Sinpro, passeata do dia da Consciência Negra.

Também realiza representações em mesas redondas e palestras, como no dia do lançamento do Diretório Acadêmico do curso de Educação Física da Faculdade Social da Bahia, discutindo a temática da regulamentação e do campo de trabalho.

No que diz respeito aos debates entre o MNCR e o CREF 13, também foram muitos: Regulamentação Profissional: Seminários de articulação contra a regulamentação das tradições culturais e da Educação Física, onde foram discutidos temas como a organização e a resistência ao sistema CONFEF/CREF e as ingerências desse conselho na rede escolar.

Dentre os vários eventos realizados pelo próprio movimento, destacamos: a conferência Organização Sindical e a Resistência contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física, na APLB, realizada em 2006; debates do dia 1º de setembro – dia do profissional de Educação Física, que aconteceram na UFBA, na Faculdade Social da Bahia (FSBA), na UCSal e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Da mesma forma, foram realizados movimentos junto a sindicatos (APLB e Sinpro), entidades de pesquisa, como a Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física & Esporte e Lazer (LEPEL) e o Grupo Mídia/Memória, Educação e Lazer (MEL) e colégios científicos como o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), no sentido de fortalecimento tanto do núcleo como das idéias.

Abrimos aqui um parêntese para referenciar a comunidade da dança, outra corrente que atua fortemente nesse embate. Através de organizações internas, foi fundado o Fórum Nacional de Dança, entidade que agregava especificamente sujeitos envolvidos com essa manifestação da cultura corporal.

Outro grupo que, isoladamente do todo, se reuniu foi o das artes marciais, com a criação de um conselho². A proposta era se organizar e se proteger contra as investidas do CONFEF/CREF. Esse último não foi muito à frente, todavia o conjunto dessas ações culminou no agrupamento de várias manifestações, criando-se, assim, um coletivo de âmbito nacional, que se denominou Frente Unida pela Autonomia Profissional da Educação e das Tradições Culturais.

A FRENTE UNIDA PELA AUTONOMIA PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO E DAS TRADIÇÕES CULTURAIS, constituída por mestres, professores e instrutores de Yoga, Dança, Capoeira, Lutas e Artes Marciais nas suas mais diversas manifestações – Kung-fu, Taekwondo, Tai-chi-chuan, Boxe, entre outros – bem como professores de Educação Física, todos estes reunidos em Sindicatos, Associações, Federações e Movimentos Organizados dos mais variados, vem, a público, se **MANIFESTAR CONTRA A INTERVENÇÃO** do Conselho Federal de Educação Física-CONFEF e dos diversos Conselhos Regionais de Educação Física-CREFs em nossas áreas de atuação (MNCR, 2005).

Esse aglomerado de várias manifestações da cultura corporal significa um levante em favor da livre expressão cultural e corporal e um protesto contra a relação de poder hipertrofiada que o conselho tenta instituir frente ao movimento humano.

² Não tinha o mesmo caráter de um conselho profissional.

Apesar de toda a legislação que nos protege, o CONFEF insiste em promover sua intervenção com puros interesses financeiros, inibindo e constringendo os mestres, professores e instrutores, cobrando-lhes o registro no Conselho de Educação Física e os ameaçando de multa e perda do direito ao trabalho. Através de meras resoluções internas, sem poder de Lei, se dão o direito de invadir os mais variados espaços do nosso trabalho, tais como academias, escolas, hotéis, centros de estética, SPAs, creches, asilos, circos, centros de treinamento de lutas e de artes marciais, entre muitos outros! Ainda que saibamos que isso não possui sustentação jurídica alguma, constringem alguns de nossos colegas através da desinformação ou do medo para que se filiem ao referido Conselho (MNCR, 2005).

A Frente Unida vem fortalecer o MNCR. Trata-se de uma parceria, uma ampliação das limitações desse último, principalmente no que diz respeito às outras manifestações da cultura corporal.

Portanto, temos nos organizado e amadurecemos uma FRENTE UNIDA para fazer ecoar nossa voz para que TODA A SOCIEDADE BRASILEIRA saiba das arbitrariedades deste Conselho Profissional. A lei federal 9696/98 que versa sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e que deu origem ao CONFEF foi aprovada em meio a muitas controvérsias na própria área de origem, a Educação Física (MNCR, 2005).

Percebemos, assim, que, em todo o território, os indivíduos e grupos ligados tanto à Educação Física como às tradições culturais se organizam e se mobilizam para o enfrentamento político contra o sistema CONFEF/ CREF.

Voltando à nossa abordagem principal, enfatizaremos, agora, as ações do Entre a Arte e o Ofício, agrupamento organizado sob a orientação da deputada federal Alice Portugal, tendo à frente da organização dos trabalhos o sindicalista Vicente Neto.

A confraria, que reunia muitos capoeiras, dentre outras áreas, realizou diversas reuniões, rodas de capoeira, aula pública, passeatas, panfletagens, Ação Civil Pública (ACP), dentre outros.

A referida deputada, no exercício do seu mandato parlamentar, foi procurada por diversos setores e, especialmente, pela professora *Dulce Aquino* (diretora da Escola de Dança da UFBA), que levantou a não resolução do problema criado através da lei 9696/98.

Era uma situação que já se arrastava desde a legislatura anterior na Câmara dos Deputados. A parlamentar foi alertada de que havia um agravamento da pressão do sistema CONFEF/CREF para monitorar e fiscalizar atividades que originalmente não faziam parte do seu âmbito profissional. Esse agravamento foi o estímulo para o aparelhamento desse grupo:

As ações primeiras foram as reuniões temáticas mesmo, até a gente falar a mesma língua. Primeiro, porque é obvio que existia uma preocupação com o que poderia acontecer. Segundo, não

existia muita prática da relação de um parlamentar com os movimentos organizados, principalmente naquilo que é a vida das pessoas. E, lamentavelmente, com toda essa desmoralização da política e dos políticos, as pessoas inicialmente ficavam ainda sem saber exatamente. Bom, qual é mesmo a de uma parlamentar participar de algo como isso? (PORTUGAL, informação verbal, 2006).

O movimento *Entre a Arte e o Ofício* efetivou diversas ações de esclarecimentos, debates e mobilizações. Dentre eles, realizou uma aula pública, no ano de 2004, com mais de 500 pessoas no Jardim de Alah; participou em eventos de Dança; participou também em eventos de troca de graduações de Artes Marciais e, principalmente, de rodas, batizados e palestras da capoeira.

O evento perdurou a tarde toda e funcionou como um circuito de oficinas. A comunidade presente poderia fazer aulas de pilates, de boxe, de dança e de capoeira, se assim optasse. Durante as aulas, os indivíduos foram sendo informados da situação vivida por aquelas artes e ofícios e conclamados a apoiar a causa dessas manifestações. Portugal (2006) ainda destaca outras ações impetradas pelo grupo:

Houve entrevistas de vários membros do Movimento na televisão; participamos de Seminários Universitários, como lá na Universidade Sudoeste da Bahia, fui convidada a participar do encontro da capoeira. Interiorizamos esse debate, participamos de reuniões da liga no Colégio Edgar Santos, com um número grande de participação de capoeiristas, na OAB (uma sessão memorável), com a presença viva literalmente do prof. *Arx Tourinho*, um grande aliado que nós conseguimos nessa luta que nos deixou precocemente [...] Fizemos panfletagens, faixas na cidade, fizemos um grande movimento que precisa continuar (PORTUGAL, informação verbal, 2006).

Dentre as diversas rodas de capoeira, realizadas principalmente no final do ano de 2004 e no início de 2005, enfatizamos as rodas organizadas nas festas de largo.

Vale frisar a roda da Lavagem do Senhor do Bonfim, que contou com a presença e apoio ao movimento do Deputado Estadual Javier Alfaia, a Deputada Federal Alice Portugal e o Deputado Federal Nelson Pelegrino e a roda na Lavagem do Rio Vermelho (Festa de Yemanjá).

Essas rodas, na realidade, além de terem objetivos de confraternização e socialização, tinham como alvo primeiro e primordial o compartilhamento dos problemas enfrentados pelas manifestações da cultura corporal, em especial a capoeira, frente a essa problemática, o recrutamento de simpatizantes para a causa e a democratização das ações da coligação.

Durante esse momento histórico, a capoeira baiana presencia vitórias, derrotas e entraves em torno da discussão e das ações do órgão profissional de educação física. Nesse ínterim, os diversos grupos de enfrentamento da Bahia não se abalam e tratam de mobilizar a comunidade para novas discussões e democratização das novas informações.

Esse foi o caso da Libac, que também se destacou na luta contra o sistema CONFEF/CREF. Além de participar do *Entre a Arte e o Ofício*, a liga possui autonomia

e realizou seus próprios movimentos, sempre conclamando a comunidade capoeirística. E, dessa forma, foram vários debates, encontros, reuniões, rodas e caminhadas com ato público.

Ressaltamos, aqui, a participação de destaque e de posicionamento avançado da Libac no Congresso Nacional de Capoeira (CNC). Todas essas ações se voltaram para a defesa da capoeira e contra as arbitrariedades e coerções do conselho profissional de Educação Física. Além disso, a Libac participou de diversas exposições sobre a temática.

A exemplo do debate, esse um dos primeiros, na Casa do Trabalhador em Lauro de Freitas, onde o presidente do CREF apresentou a proposta para a prefeitura de Lauro de Freitas - impedir os profissionais que davam aula de capoeira [...] exceto se filiassem a eles (MESTRE MINISTRO, informação verbal, 2006).

Promoveu inúmeros encontros, com o objetivo de se aproximar da temática, conscientizar a comunidade e esclarecer os capoeiras sobre a discussão.

Houve um encontro aqui³ com a Liga e com os capoeiristas de Salvador e esse encontro foi de grande proveito, muitos capoeiristas passaram a conhecer a Liga, muita gente passou a conhecer a lei, muita gente passou a reivindicar mais os seus direitos nas escolas (MESTRE RAIMUNDO KILOMBOLAS, informação verbal, 2007).

A mobilização dessa confraria ganhou dimensão tão grande, que outro de seus encontros foi noticiado por um jornal local:

Capoeiristas de Salvador, Feira de Santana e de cidades do Recôncavo se encontraram na tarde de ontem, no Colégio Hildete Lomanto, na Graça, para discutir o tombamento dessa mistura de dança e luta como patrimônio cultural imaterial. Aliado ao desejo de ver reconhecida a importância dessa manifestação, que nas senzalas servia tanto para a defesa como a diversão, os capoeiristas baianos também querem resguardar sua arte da inclusão nas atividades regulamentadas pelo Conselho Federal de Educação Física (Confef) (FERNANDES, 2004, p. 1).

Em 2003, o grupo já havia organizado uma carta de repúdio ao conselho, destacando, no seu teor, posicionamentos e trâmites jurídicos e legislativos que foram apreciados pelas instâncias responsáveis e outros que estavam para ser votados. Um ano depois, seus escritos são mais democratizados e acessados.

Desde então, o agrupamento já demonstra que estava disposto a lutar pelos interesses dos trabalhadores em capoeira e pela manutenção da cultura de formação do

³ Referindo-se ao Colégio Mercês.

capoeira: “A ilegalidade é evidente, pois essas atividades nada têm a ver com as ‘atividades física e esportivas’ a que se refere a lei” (LIBAC, 2003, p. 2)

Em um dos seus panfletos, a Liga esclarece a população o que é a capoeira, os problemas que afetam a juventude menos favorecida da cidade e a possibilidade que tem essa manifestação de proporcionar a esses sujeitos uma melhor perspectiva de vida tanto no campo do lazer como no campo do trabalho.

Toda essa argumentação é posta para justificar o posicionamento claro dos capoeiras baianos sobre as investidas do conselho frente à capoeira. O título do escrito já indica um posicionamento: “Capoeira da Bahia diz não ao CONFEF/CREF.” E, continuando, os capoeiras indicam deliberações do coletivo:

Portanto nossa posição é contra o gerenciamento por parte do Conselho Federal de Educação Física - Confef na representatividade dos Conselhos Regionais - Crefs, que através de interesses financeiros, de resoluções internas e a fim de respaldar sua representatividade no Estado, vêm coagindo, inibindo e constringendo os mestres, contramestres e professores de capoeira (angola, regional e outras), cobrando-lhes a filiação e os ameaçando de perda do espaço de trabalho (LIBAC, 2004, p. 1).

A formação dessa confraria era composta por capoeiras de vários grupos da região de Salvador, numa tentativa de fortalecer e organizar a classe, através da força do coletivo e da união e amadurecimento de interesses em comum. Faziam parte da formação que mais combateu as idéias do CONFEF/CREF os capoeiras:

- Mestre Daltro (Renato Daltro), do Grupo Iúna Capoeira, como diretor;
- Mestre Ministro (Raimundo Mário Ribeiro de Freitas), da Associação Cultural de Capoeira Maré, como vice-diretor;
- Mestre Ferreirinha (Carlos Ferreira Júnior), da Associação Urucungo, como diretor técnico;
- Mestre Benivaldo (Benivaldo Possidônio), do Grupo de Capoeira Barro Vermelho, como diretor secretário;
- Mestre Raimundo Kilombolas (Raimundo Silva Oliveira), como diretor de eventos;
- Mestre Touro (Anatólio Filho), do Grupo de Capoeira AGBARA, como diretor administrativo;
- Contramestre Carço (Cláudio dos Santos Guimarães), do Grupo de Capoeira Stela Mares, como diretor de relações públicas.

A Libac, entre 2003 e 2005, foi a organização que mais mobilizou a comunidade da capoeira. Podemos afirmar que, em todos os eventos que envolveram a temática abordada por nós nesta pesquisa, se fez presente pelo menos um representante da liga. Foi uma demonstração de envolvimento e de que a capoeira pode superar diferenças e unir-se em prol de uma coletividade.

“Não existe dono! A capoeira é domínio público” (CONTRAMESTRE CAROÇO, informação verbal, 2006). Assim, o líder do grupo de capoeira Stela Mares explicita exatamente o que a comunidade enfatiza nessa luta e como eles compreendem

essa manifestação. Por fim, arremata: “[...] lutamos muito contra o CREF. Fomos a órgãos governamentais, tiramos também parceria de outras entidades negras que foram contra o CREF” (CONTRAMESTRE CAROÇO, informação verbal, 2006).

Merece, do mesmo modo, ser citada aqui a participação do Grupo de Estudos da Capoeira (GECA), uma congregação nacional de capoeiristas, estudiosos de várias áreas (Educação, Sociologia, Educação Física, História) e de várias regiões do país.⁴

A idéia de constituição do grupo partiu exatamente e sobretudo, dentre outras coisas, da possibilidade de seus integrantes reunirem forças para instituir um embate político-ideológico contra⁵ o CONFEF/CREF.

Esse movimento se iniciou em 2001, durante o XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Combrace), na cidade de Caxambú, em Minas Gerais. Esses integrantes se comunicam constantemente em lista de correio eletrônico e, de dois em dois anos, realizam o Seminário Nacional de Capoeira (Seneca), que se encontra recentemente a caminho da sua terceira edição, que provavelmente acontecerá em Brasília.

Dentre suas ações contra as ingerências do conselho profissional de Educação Física, destaca-se a carta de Campinas, produzida no primeiro Seneca, amplamente divulgada, com posicionamento claro sobre a tentativa de subordinação da capoeira ao CONFEF/CREF: “Foram tomadas como decisões unânimes à contrariedade à submissão dos mestres e professores de capoeira ao sistema dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação Física” (SENECA, 2004, p. 2).

Mais tarde, esse posicionamento foi ratificado, novamente no coletivo e de forma unânime, na sistematização da carta de Floripa, em 2006, no II Seminário: “[...] e desvinculação da capoeira da supervisão do Conselho Federal de Educação Física” (SENECA, 2006, p. 1).

Percebemos, assim, o quanto a capoeira se mobilizou frente a esse processo. Em audiência pública realizada na Ordem dos Advogados da Brasil (OAB), organizada pela Comissão de Esporte, Cultura e Lazer, com o objetivo de discutir e esclarecer questões concernentes à constitucionalidade da Lei nº 9696/98, em relação à atuação dos profissionais que não são formados em Educação Física e que ministram aulas de cultura física e corporal, arte e ofício e também debater acerca do PL nº 7370/02, a comunidade capoeirana se fez maioria.

Nessa ocasião a comunidade da capoeira baiana pode presenciar autoridades de todas as ordens posicionando-se contra as investidas do conselho frente à essa manifestação, assim como testemunhar ingerências e arbitrariedade do CREF 13:

Em seguida, a deputada Alice Portugal respondeu a uma pergunta de um professor filiado ao CREF e que se fazia presente. A pergunta suscitou uma problemática que vem acontecendo no Estado da Bahia, que diz respeito ao CREF - 13, que através de seus fiscais vem coagindo, constringendo e atuando estabelecimentos de capoeira, karatê, pilates, dentre

⁴ Bahia, São Paulo, Brasília, Minas Gerais e Florianópolis.

⁵ Reconhecemos a importância do GECA na luta contra o sistema CONFEF/CREF, dentre outras empreitadas. Entretanto ratificamos aqui uma crítica (autocrítica) quanto a uma contradição existente no grupo. O mesmo apesar de se constituir prioritariamente contra o conselho se posiciona abertamente contra sua constituição e ingerências acerca da capoeira, todavia possui integrantes que são favoráveis, tanto à constituição do Conselho Federal de Educação Física, quanto à idéia de regulamentar e fiscalizar a capoeira.

outros. O referido professor questionou incisivamente, ao auditório, quem o conselho estava coagindo e obrigando a se filiar. O que ingenuamente o professor não contava foi o fato de que na plenária algumas vítimas tinham provas dessa prática ilegal do conselho. O documento do CREF, que autuava uma academia de Karatê (somente e especificamente de karatê) foi direto às mãos do Dr. Arx; este continha a seguinte autuação. “O estabelecimento não possui CNPJ, não possui profissionais filiados ao CREF e não possui licença para funcionamento do CREF”. As duas últimas autuações têm fundamento (não legalidade), o professor de Karatê não possui a carteirinha do CREF e não possui nenhum documento do conselho para funcionar sua academia. Contudo o referido professor argumentou que tinha CNPJ e estava em dias, e ainda esclareceu que o problema é que o fiscal do CREF, como não encontrou o responsável pela academia, e talvez para não perder a viagem, prontamente autuou o pedreiro que estava a fazer melhorias no estabelecimento! O pedreiro, que não tem conselho e que nem sabe o que é CNPJ, foi autuado pelo fiscal do CREF (BAHIA, 2004, p. 4).

Essa questão, colocada na audiência pública, silenciou o presidente do CREF 13, que, nessas circunstâncias, não ousou a se posicionar mais. Doutor Arx Tourinho, indignado, comentou o ocorrido afirmando que “O Conselho não é poder legislativo e não tem poder de polícia.” (BAHIA, 2004, p. 5). Comentou, da mesma forma, que o acontecido era motivo de uma provável ação de constrangimento e caberia, nesse caso, um pedido de danos morais.

O experiente jurista destacou, incisivamente, que aquele documento, que acabara de tomar conhecimento não tinha valor legal e que quem tivesse recebido documento parecido poderia destruí-lo.

O Movimento Liberdade pela Cultura, tinha à frente dois ex-integrantes também da LIBAC. O mestre Ministro e o mestre Ferreirinha. A pauta das ações consistia em democratizar informações, propor reflexões sobre a temática trabalho e capoeira, além de mobilizar a comunidade sobre ingerências do sistema. A sensação de insatisfação com os rumos que tomaria a capoeira a partir dessa nova demanda que estimulou os mestres.

Coligavam-se ao movimento, capoeiras em geral, independentemente de estilos, ideologias, grupos e localidade, que estivessem descontentes com a situação imposta e (ou) em busca de informações e orientações da temática. Era o sentido de apoio e defesa da cultura que os uniam.

Quanto à sua organização, um dos capoeiras revela um novo paradigma de mobilização: “O movimento não tem ata, não tem estatuto. Nós iniciamos nesse movimento e até alguns mestres falaram que nós deveríamos ser coordenadores, mas o movimento é livre” (MESTRE MINISTRO, informação verbal, 2006).

A democratização das informações se dava sem muita burocracia, como diz o dito popular, era unicamente através do jornal nagô⁶, nas ruas, nas rodas, nos bares e principalmente nos eventos de capoeira. O espaço para a troca de idéias não era

⁶ Oralmente. De boca em boca.

definido, poderia ser em qualquer lugar a qualquer hora. Era a necessidade de se reunir, de discutir um assunto pertinente a essa pauta, por qualquer que fosse o motivo que originava a mobilização.

Dentre as atividades dessa confraria que mais movimentaram a comunidade capoeirana, destacamos um debate organizado no Colégio Nossa Senhora das Mercês, que contou com um número significativo de representantes da capoeira baiana (Mestre Curió, Mestre Dinho, Mestre Dedé, Mestre Miguel Preto, Mestre Touro, Mestre Benivaldo, Mestre Buguelo, Mestre Risadinha, dentre outros).

Uma roda no Mercado Modelo, também com a participação de várias entidades e mestres consagrados da comunidade capoeirana, inclusive com a presença de capoeiras de rua, seguida de uma passeata, com faixas, cartazes e panfletagem para informar à sociedade o descontentamento da capoeira com a situação posta. Sobre essa última mobilização e outras iniciativas desse movimento, mestre Ministro relata:

[...] organizamos também a passeata que ficou marcante no dia da Consciência Negra, onde não só contribuíram para esse movimento praticantes de capoeira, direto e indireto, como também de outras áreas, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, e outros profissionais também do movimento contra a regulamentação que também nos deram apoio e participaram ativamente dessa passeata, desse movimento, além das reportagens na emissora de rádio, duas emissoras de tv e dois jornais (MESTRE MINISTRO, informação verbal, 2006).

Nossa avaliação é que essa mobilização surge de uma necessidade real, com especificidades, a partir de um determinado problema emergente. Um verdadeiro movimento que nasce da comunidade, que surge de anseios concretos e que, a partir disso, requer uma reação, uma resposta dessa população que, incomodada com a situação posta, reage, se indigna e vai lutar pelos seus interesses.

Dessa forma, notamos que o movimento de resistência, transfigurado em confrarias de embate contra os assédios do CREF da décima terceira região, se constituem em diversos conglomerados, das mais variadas concepções políticas, sociais e culturais, de diversos propósitos e de distintas classes sociais.

Considerações Finais

Percebemos que, em todo o território, os indivíduos e grupos ligados tanto à Educação Física como às tradições culturais começam a se organizar para o enfrentamento político contra o sistema CONFEF/CREF.

Na Bahia, esse processo não foi diferente. Desde 98, grupos e entidades se organizam para levar conhecimento e divulgar o processo que envolve a regulamentação e a criação dos conselhos.

Pelo exposto, percebemos que a partir da situação criada pelo Conselho, onde toda e qualquer manifestação da cultura corporal deveria ser regulamentada, conseqüentemente surge uma série de discordâncias e grupos que não comungam com suas idéias.

Esses criam movimentos sociais de resistências contra a regulamentação do profissional de Educação Física, através de várias confrarias que se organizam das mais diversas formas. Os capoeiristas ora participam de grupos específicos de capoeira, ora dialogam com outras áreas da cultura corporal a fim de fortalecer a luta pela autonomia e liberdade cultural.

Além dos seus posicionamentos contrários a regulamentação e fiscalização da capoeira pelo conselho, existe uma unanimidade em preservar sua cultura, principalmente a formação do trabalhador da capoeira.

Por fim ficou claro que os movimentos de resistência, gerais e particulares, e as ações que foram empreendidas para demonstrar à sociedade baiana que a cultura não quer ser regulamentada através de uma suposta profissionalização de outra área de conhecimento.

Desse modo, foi possível provar que existe oposição, através dos movimentos sociais, articulados em confrarias das mais diversas ordens, às investidas do sistema CONFEF/CREF e que a capoeira não deve aceitar essa condição docilmente, como nunca o fez. Ao contrário, sempre lutou, resistiu e continuou sua caminhada.

Referências

BAHIA, Secretaria da Educação da. Parecer Técnico nº 03/04. Salvador: Bahia. 07 de mai de 2004.

CONTAMESTRE CAROÇO. Cláudio dos Santos Guimarães. Depoimento [set 2006]. Entrevistador: Neuber Leite Costa. Salvador: Bahia. 2007. Entrevista concedida para a dissertação Capoeira, Trabalho e Educação.

FERNANDES, Jane. Ensino da capoeira gera polêmica. Jornal Correio da Bahia, Salvador, 11 de julho. 2004. Caderno 1. p. 8.

LIBAC. Carta Aberta a População. Salvador. 2003

MNCR. Frente Unida pela Autonomia Profissional da Educação e das Tradições Culturais - Manifesto. Disponível em: <<http://mncref.vilabol.uol.com.br/fuapetc.htm>> Acesso em: 20 de mar. 2005.

MESTRE MINISTRO, Raimundo Mário Ribeiro de Freitas. Depoimento [set 2006]. Entrevistador: Neuber Leite Costa. Salvador: Bahia. 2007. Entrevista concedida para a dissertação Capoeira, Trabalho e Educação.

MESTRE RAIMUNDO KILOMBOLAS. Raimundo Silva Oliveira. Depoimento [abr 2007]. Entrevistador: Neuber Leite Costa. Salvador: Bahia. 2007. Entrevista concedida para a dissertação Capoeira, Trabalho e Educação.

PORTUGAL, Alice. Depoimento [ago 2006]. Entrevistador: Neuber Leite Costa. Salvador: Bahia. 2007. Entrevista concedida para a dissertação Capoeira, Trabalho e Educação.

SENECA. Carta de Campinas - I Seminário Nacional de Estudos sobre a Capoeira: Manifesto pela Capoeira neste início de século XXI. Campinas: São Paulo. 2004.

_____. Carta de Floripa - II Seminário Nacional de Estudos sobre a capoeira: Análise de Políticas Públicas para a Capoeira nas suas Diversas Formas de Expressão. 2005.

Conj. Hab. Cabula VI, bl 114 ap 201 – Cabula VI

neuberleite@yahoo.com.br

Data show

